



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

## **ANEXO 1 - LEGISLAÇÃO EM VIGOR E REFERÊNCIAS TÉCNICAS**

### **Demandas da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento Rio Grande**

O Plano Diretor Participativo do Município do Rio Grande, é composto por 5 leis, a saber:

**Lei 6.585/2008** - DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO MUNICIPAL.

**Lei 6.584/2008** – ESTABELECE OS PERÍMETROS URBANOS DA ÁREA URBANA DA CIDADE DO RIO GRANDE E DOS NÚCLEOS URBANOS AUTÔNOMOS DOS DISTRITOS DA QUINTA, POVO NOVO E TAIM.

**Lei 6.586/2008** - ESTABELECE OS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, E OS LIMITES, DENOMINAÇÕES E AS SEDES DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

**Lei 6.587/2008** - ESTABELECE NORMAS PARA O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS.

**Lei 6.588/2008** - ESTABELECE O REGIME URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, NORMATIZANDO O ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE DAS EDIFICAÇÕES, EQUIPAMENTOS URBANOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.

**Leis Complementares:** leis aprovadas, modificando ou acrescentando regramentos ao Plano Diretor, **demais legislações Estadual e Federal em vigor.**

#### **Análise Crítica:**

##### **Lei 6.585/2008:**

Revisar/atualizar os princípios e objetivos gerais da política de desenvolvimento municipal;

Revisar o ordenamento territorial, para corrigir distorções do processo de desenvolvimento urbano, dando ênfase também, aos setores portuário e industrial;

Indispensável o reestudo e implantação da divisão territorial em bairros;

Regulamentar a aplicação dos instrumentos de promoção, planejamento e controle e gestão do desenvolvimento municipal, criados no Estatuto das Cidades;

Estabelecer instrumentos legais que permitam uma maior conexão entre as atividades urbanas, do Porto, da Marinha, da Universidade, do Polo Naval e do DIRG;

Revisar os instrumentos de gestão democrática da política urbana;

Implantar o Sistema de Informações Municipal;

Revisar os instrumentos de democratização da gestão municipal;

Compatibilização entre as Leis do Plano Diretor e as leis complementares:

**Plano Viário Municipal;**



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

Plano Municipal de Turismo;  
Plano Municipal de Habitação;  
Plano Municipal de Saneamento Básico;  
Plano de Uso da Praia do Cassino;  
Plano Ambiental Municipal;  
Agenda 21;  
Plano Municipal do Patrimônio Cultural;  
Plano Municipal de Regularização Fundiária.

**Lei 6.584/2008:**

Revisar os perímetros urbanos, em razão da nova dinâmica de uso e ocupação do solo municipal;

**Lei 6.586/2008:**

Os limites, denominações e sedes dos distritos estão atualizados.

**Lei 6.587/2008:**

Revisar ou esclarecer conceitos e parâmetros para o parcelamento do solo, em todas as suas modalidades;

Incorporar nesta lei, as leis complementares que estabeleceram normas para condomínios horizontais de lotes, parcelamento de glebas urbanas e estabelece diretrizes para implantação de Condomínios Logísticos;

Esta Lei Municipal remete as legislações estadual e federal, as disposições sobre loteamentos industriais.

Atualizar os conceitos e normas sobre parcelamento de interesse social e regularização fundiária;

Atualizar procedimentos para a realização dos parcelamentos do solo.

**Lei 6.588/2008:**

De um modo geral, seria necessária uma reflexão sobre a forma de leitura desta lei. Suas tabelas, anexos e mapas de zoneamento, precisam apresentar uma melhoria no manuseio.

Revisão no zoneamento de uso e ocupação do solo em todo o município, e em especial, no Cassino, no núcleo da Quinta, Povo Novo e Taim;

Revisão das áreas funcionais, bem como, a possibilidade de reserva de outras áreas para abrigar atividades públicas ou privadas de interesse público no futuro (área para estacionamentos de caminhões, condomínios logísticos, área para aeroporto, terminais rodo-hidro-ferroviário, área para saúde, segurança, sistema viário e etc...;

Corrigir as projeções de densidades populacionais estabelecidas para cada unidade de planejamento;

Revisar os índices urbanísticos de cada unidade de planejamento;

Revisão dos dispositivos de controle das edificações;

Estabelecer padrões para a implantação de equipamentos públicos de segurança, de infraestrutura e de administração;

Estabelecer padrões para a implantação de equipamentos públicos comunitários e de lazer, de saúde e ambiental, de abastecimento da população, de depósito e revenda de GLP; de circulação urbana, rede viária e guarda de veículos;



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

Definir com maior clareza os instrumentos para obtenção do Estudo de Viabilidade Urbanística e Ambiental;

Atualizar o anexo de Classificação de Atividades Permitidas.

**Demandas da SDPI e AGDI a serem consideradas na elaboração do TR do  
Plano Diretor  
Integrado de Rio Grande**

**1 Contextualização do licenciamento ambiental do DIRG**

O Distrito Industrial de Rio Grande - DIRG, com 2.526,41 ha, está inserido na região extremo sul do Brasil, no município de Rio Grande/RS. Em função de sua localização privilegiada decorrente da estrutura portuária existente, o DIRG torna-se essencial ao desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul, o que motivou sua implantação na década de 70, conforme Relatório sobre a Regularização do Licenciamento Ambiental do DIRG junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - FEPAM. Em abril de 1991 foi iniciado o processo de regularização desse Distrito junto à FEPAM, quando esta Fundação definiu que a Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul - CEDIC deveria apresentar relatório de cobertura vegetal das áreas desocupadas, relação das indústrias instaladas e demarcação dos limites da área. Com a extinção da CEDIC, em 16 de janeiro de 1995 pela LEI Nº 10.359, a Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI seguiu com as tratativas junto à FEPAM para a obtenção do licenciamento ambiental desse Distrito, sendo emitida a Licença de Operação - LO, Nº 2370/2007 – DL, em 18 de junho de 2007, com condicionantes e restrições à ocupação da área. Em 27 de agosto de 2010 a FEPAM encaminhou à SEDAI o Of. Nº FEPAM/DICOPI/SELAI/7023-2010, solicitando novos documentos, e em 17 de dezembro de 2010, com base em vistoria técnica realizada na área do Distrito, a mesma Fundação emitiu o Of. Nº FEPAM/DICOPI/SELAI/10484/2010, solicitando, quando da abertura do processo de renovação da LO, estudos e projetos complementares que não constavam na própria LO Nº 2370/2007. A complexidade dos estudos exigidos pelo órgão ambiental licenciador nos ofícios supracitados para a renovação da LO do DIRG, vencida em 17 de julho de 2011, levou a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, criada pela Lei 13.601/2011, em 1º de janeiro de 2011, a contratar a Empresa NeoCorp Consultoria Ltda para a execução dos estudos, levantamento e projetos necessários a renovação da LO Nº 2370/2007 – DL, contemplando também as solicitações dos ofícios Nº 7023/2010 e Nº 10484/2010 encaminhados pela FEPAM.

**2 Plano de Manejo Ambiental das APs do DIRG**

O Of. n.º FEPAM/DICOPI/SELAI/10484/2010 solicitou à SEDAI, entre outros itens, a revisão e atualização do Plano de Manejo Ambiental das Áreas de Preservação e



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

Preservação Permanente do Distrito, contemplando uma reavaliação da pertinência dos atuais limites dessas áreas.

A partir dos estudos realizados pela consultora NEOCORP e do entendimento do corpo técnico da FEPAM, foram identificadas novas áreas com valor ecológico diferenciado e, logo, definidas como prioritárias à conservação. Considerando-se a área total do DIRG de 2.542 ha, as áreas de preservação – APs propostas no Plano de Manejo anterior correspondiam a 673,95 ha e 26,51% do total; com as novas propostas geradas, as Áreas de Preservação abrangem 970,39 ha que representam 38,17% da área total do DIRG.

Esta nova conformação, além de contemplar as principais áreas de preservação permanente, protege os ambientes de maior fragilidade ambiental como banhados e campos úmidos, fragmentos de mata com espécies imunes ao corte e/ou ameaçados de extinção, bem como a fauna associada a estas fitofisionomias.

Na revisão e atualização do Plano de manejo foram propostos os seguintes Programas a serem implementados para a melhoria da qualidade ambiental das APs:

Programa de remoção de ocupações inadequadas;

Programa de extinção da atividade pecuária irregular;

Programa de identificação física das APs;

Programa de fiscalização;

Programa de fomento à pesquisa;

Programa de monitoramento da fauna;

Programa de educação ambiental;

Programa de comunicação social e integração com a comunidade.

A última revisão do Plano de Manejo das APs do DIRG foi protocolada na FEPAM dia 20 de junho de 2013 e encontra-se sob análise do corpo técnico da Fundação.

Como a Prefeitura Municipal de Rio Grande busca o cadastramento da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Área de Proteção Ambiental – APA da Lagoa Verde, no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, que pode ter seu parecer influenciado pela área física dessa APA, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA de Rio Grande possui interesse na incorporação de parte das Áreas de Preservação do DIRG à APA da Lagoa Verde, mediante o recebimento de recursos financeiros da Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA. Estes recursos são arrecadados de empreendimentos de significativo impacto ambiental, instalados na região, como medida compensatória equivalente aos impactos não mitigáveis. A SMMA, gestora da APA da Lagoa Verde, aguarda o parecer dos técnicos da SEMA para o cadastramento da Unidade no SEUC, previsto para os meses de junho e julho de 2013. Ocorrendo o cadastramento da APA no SEUC, a SMMA poderá solicitar recursos para o gerenciamento da Unidade, facilitando a gestão e a execução dos programas propostas às APs se estas forem incorporadas à Unidade de Conservação.

### **3 Sistema Viário**

Atualmente percebe-se o excesso de tráfego no DIRG, sobretudo no início da manhã e final da tarde, com formação de congestionamentos causados pela grande quantidade



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

de veículos que utilizam as vias do Distrito como rota alternativa para acessar o município de Rio Grande ou então a praia do Cassino, além do tráfego intenso de caminhões da pista, principalmente na Av. Alm. Maximiano da Fonseca, com o trânsito de caminhões em condições precárias de conservação.

Quanto a circulação desses veículos, destaca-se o trajeto entre a Via 1 – Terminal Retroportuário Alfandegário e o TECON Rio Grande, onde deveríamos contar com maior fiscalização dos caminhões pelas autoridades.

Também verifica-se que os limites de velocidade não são respeitados nas vias internas e vias de acesso ao Distrito, o que representa risco à população que trabalha na área, à fauna silvestre e ao meio ambiente, visto que potencializa o risco de acidentes envolvendo veículos que transportam cargas perigosas.

A adoção de dispositivos e medidas de controle de velocidade reduziriam de forma significativa os riscos de acidentes como atropelamento de fauna e derramamento de cargas poluentes, os quais constituem importantes impactos negativos em áreas de preservação ambiental.

A criação de uma via alternativa à Av. Alm. Maximiano da Fonseca poderia auxiliar na redução do tráfego e incremento na segurança.

Pelo exposto verifica-se a necessidade de serem realizadas obras com o intuito de melhorar o ingresso e saída das vias, cruzamentos de pista, recuos para estacionamento em caso de pane/emergência, instalação de dispositivos de controle de velocidade e uma via alternativa a Av. Alm. Maximiano da Fonseca.

Com o aumento da circulação de veículos no DIRG, motivados pela ocupação da área, expansão do município e pela conexão com São José do Norte, cabe, também, um estudo de tráfego contemplando projeções futuras para se redefinir a mobilidade na área.

#### **4 Requisitos para observação - AGDI**

##### **4.1 Desenvolvimento da Indústria Oceânica e demais setores da política industrial estadual:**

- a. Caracterização da indústria oceânica;
- b. Projeções de crescimento;
- c. Estratégias estaduais para novos desenvolvimentos;
- d. Demais setores da política industrial que se relacionam com a cidade e o Porto (ex. Estratégia estadual para agropecuária e a logística de transporte da produção);
- e. Considerações e projetos de desenvolvimento tecnológico para indústria naval em parceria com universidade.

##### **4.2 Desenvolvimento da indústria de suprimento para as atividades industriais principais (Indústria oceânica) no âmbito do distrito industrial:**

- a. Consideração sobre atividades a serem priorizadas no âmbito do DIRG (foco nas atividades de armazenagem, inspeção, pré-montagens e outras a serem incentivadas);
- b. Foco de priorização para aquelas atividades produtivas que dependam iminentemente do Porto para sua operação logística (Ex. Cluster eólico, grandes equipamentos);
- c. Consideração sobre critérios e formas de incentivo à indústria a se instalar no DIRG.



**Estado do Rio Grande do Sul**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**4.3 Considerações gerais de Estado:**

Deverá ser observada as iniciativas em nível de governo federal que incidam na cidade.

4.3.1 EX. Obra do PAC passível de integrar a cidade e Porto;

4.3.2 Nova forma de relacionamento do Porto com entes federais no âmbito da nova lei dos portos, lei 1.2815 (<http://www.portosdobrasil.gov.br/publicacoes/pnlp/planos-mestresversaocompleta-1/porto-do-rio-grande>)

(<http://www.portosdobrasil.gov.br/programas-e-projetos/planonacionalde-logistica-portuaria/plano-nacional-de-logistica-portuaria> ) assim como demais iniciativas de outros entes (ex. ANTAQ, SPU, etc).

**5 Estudos e Projetos a serem licitados pela SDPI**

**Estudos e Levantamentos:**

Levantamento topográfico cadastral: Planimetria e altimetria;

**Sondagens e Ensaios:**

Estudo de subleito;

Ensaios;

**Projeto Básico**

**Projetos Executivos:**

Detalhamento Urbanístico;

Projeto de Terraplenagem, Pavimentação e Sinalização Viária;

Projeto de Sistemas de Abastecimento de Água;

Projeto de Rede de Drenagem Pluvial;

Projeto de Rede de Esgotamento Sanitário;

Projeto de Energia Elétrica e Iluminação Pública;

Projeto da Ponte sobre o Canal São Simão.

Anexo: Norma Básica e Específica dos Distritos.